

A INDÚSTRIA EM PORTUGAL: ESTRUTURAS PRODUTIVAS E SOCIAIS EM CONTEXTOS REGIONAIS DIVERSIFICADOS (*)

JOÃO FERRÃO

0. INTRODUÇÃO

É vulgar afirmar-se que Portugal se caracteriza, quando comparado com os países mais avançados, por uma industrialização relativamente tardia, dependente em termos tecnológicos, com forte representação de empresas de pequena e média dimensão, de carácter familiar e operando em ramos «tradicionais» e, finalmente, por uma integração recente na divisão internacional do trabalho.

É ainda corrente a observação de que este país, como a generalidade da Europa do Sul, ocupa uma posição intermédia entre as nações mais desenvolvidas, cuja competitividade internacional se baseia, antes de mais, na inovação tecnológica e de produtos, e os «novos países industrializados» de ascensão recente, sobretudo os asiáticos, com vantagens comparativas em grande parte decorrentes dos baixos salários pagos.

Os lugares comuns, pelo facto de o serem, não se tornaram necessariamente menos verdadeiros. No entanto, ao diluir a ocorrência de realidades diversificadas no seio de imagens de carácter geral e simplificador, correm o risco de ocultar a variedade de mecanismos e situações existentes.

Uma posição «intermédia» no interior do sistema mundial não se traduz, mecanicamente, por uma industrialização de todo o país com as particularidades anteriormente apontadas. Portugal possui as suas regiões «asiáticas» e, simultaneamente,

(*) Texto igualmente publicado em língua francesa, na revista *Annales de Géographie*, n.º 541, p. 308-329, 1988.

pretende construir os seus tecnopolos; entre estes dois extremos, um leque relativamente amplo de áreas dinâmicas em termos industriais, mas de características bem distintas, pode ser encontrado. Torna-se, portanto, indispensável compreender a génese e as modalidades de *segmentação regional das estruturas socioculturais, produtivas e territoriais* em que o desenvolvimento da indústria portuguesa tem vindo a assentar nos últimos anos.

1. DINAMISMO INDUSTRIAL E POLARIZAÇÃO REGIONAL

O quadro I permite evidenciar a tendência para uma *polarização crescente e sistemática* no que se refere à participação dos vários tipos de áreas industriais para o V. B. P. nacional ⁽¹⁾.

A representação cartográfica dessa tipologia — que levou em conta os aspectos essenciais da organização territorial do país, isto é, o domínio claro de dois focos urbanos (Porto e sobretudo Lisboa) e a oposição litoral/interior — pode ver-se na figura 1.

A área metropolitana do Porto, com extensões em direcção a Braga (para nordeste) e Aveiro (para sul) (grupo II.2), os concelhos rurais imediatamente periféricos (III.2) e os centros urbanos capitais de distrito (VI) têm vindo a reforçar o seu peso durante todo o período analisado. Pelo contrário, as cidades de Lisboa e Porto (I.1 e I.2), a área metropolitana de Lisboa (II.1) e as bolsas de industrialização antiga, localizadas quer no litoral (IV) quer no interior (V), detêm uma participação cada vez menor. Idêntica tendência, embora com uma ligeira inflexão entre 1980/81 e 1982/83, apresentam as regiões rurais mais marginais (VII). Refira-se, finalmente, que os concelhos também rurais mas imediatamente periféricos à área metropolitana de Lisboa (III.1) têm mantido o seu

(¹) A informação recolhida refere-se apenas ao Continente, excluindo-se, portanto, os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Neste quadro, ignoraram-se ainda os dados relativos ao complexo petroquímico de Sines, cujos valores, elevados e com acentuado incremento durante a década de 70, implicavam um recuo relativo da participação de todas as outras áreas, facto que poderia sugerir uma regressão generalizada que não corresponde à realidade.

QUADRO I

Participação dos vários tipos de áreas industriais
para o V. B. P. nacional (*)

Tipos de áreas industriais	1971 (%)	1978/79 (%)	1980/81 (%)	1982/83 (%)	1984/85 (%)
I.1 Lisboa	10,7	8,3	6,6	6,0	5,8
II.1 Área Metropolitana de Lisboa	29,7	28,7	27,8	27,3	26,6
III.1 Áreas rurais periféricas a II.1	2,3	2,3	2,3	2,4	2,8
<i>Região de Lisboa</i>	<i>42,7</i>	<i>39,3</i>	<i>36,7</i>	<i>35,7</i>	<i>35,2</i>
I.2 Porto	5,1	4,0	3,5	3,2	2,9
II.2 Área Metropolitana do Porto e «prolongamentos»	26,6	30,4	33,1	34,1	34,2
III.2 Áreas rurais periféricas a II.2	3,0	3,9	4,2	4,4	4,5
<i>Região do Porto</i>	<i>34,7</i>	<i>38,3</i>	<i>40,8</i>	<i>41,7</i>	<i>41,6</i>
IV. Áreas industriais antigas dos distritos do litoral	7,9	7,0	7,0	6,6	7,1
V. Áreas industriais antigas dos distritos do interior	1,6	1,2	1,0	0,9	1,0
VI. Sedes de distrito	7,5	8,8	9,2	9,8	9,8
VII. Áreas rurais mais marginais	5,0	4,3	4,2	4,3	4,3
VIII. Investimentos intensivos em capital, localizados em áreas rurais	0,6	1,1	1,1	1,0	1,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Excepto Sines, Madeira e Açores.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

peso relativo, indiciando mesmo, nos últimos anos, uma certa propensão para o reforçar, facto tanto mais significativo quanto o conjunto aqui abreviadamente designado por «região de Lisboa» tem vindo sistematicamente a regredir (42,7% do produto industrial em 1971; 35,2% em 1984/85).

Os dados em análise permitem, pois, confirmar a tendência, anteriormente referida, para uma crescente polarização regional, surgindo as *áreas rurais ou ainda fortemente ruralizadas* ⁽²⁾ *próximas das duas principais aglomerações urbanas*

⁽²⁾ Incluem-se aqui as extensões da área metropolitana do Porto em direcção a Braga e Aveiro.

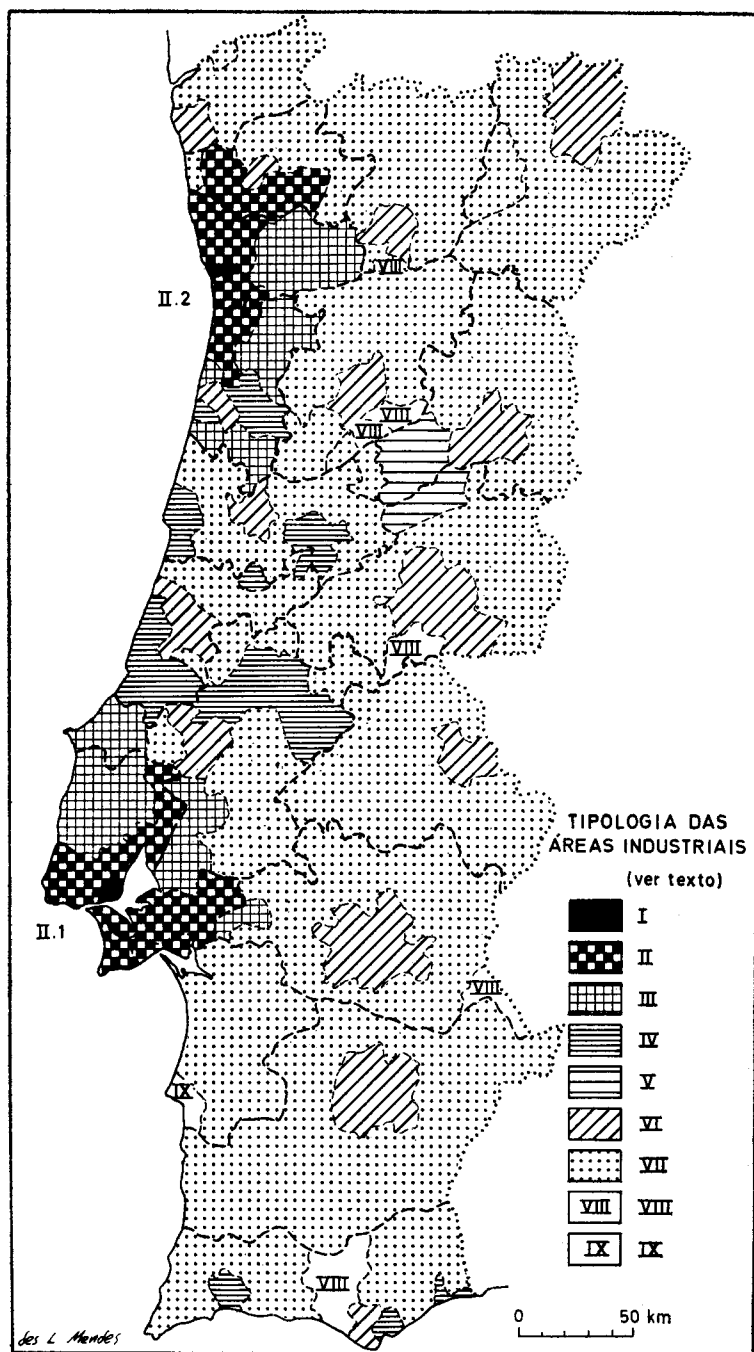


Fig. 1 — Tipologia das áreas industriais.

(mas sobretudo do Porto) e as capitais de distrito como espaços particularmente privilegiados pelo dinamismo industrial recente. Aliás, se tivesse sido possível levar simultaneamente em conta, para além da informação utilizada, a incidência regionalmente diferenciada quer da taxa de constituição de novas empresas industriais, quer do recurso a diversas modalidades de produção não contabilizada (economia oculta), a geografia deste dinamismo seria certamente ainda mais contrastada.

O confronto da participação detida, em 1971 e 1978/79, por cada um dos vários tipos de áreas no que se refere ao V. B. P. e ao emprego (quadro II) reforça essa afirmação.

QUADRO II

Participação dos vários tipos de áreas industriais no emprego e no valor bruto da produção nacionais (1971-1978/79) (*)

Tipos de áreas industriais	Emprego			V. B. P.		
	1971 (%)	1978/79 (%)	Δ 1971- 78/79	1971 (%)	1978/79 (%)	Δ 1971- 78/79
I. Cidades de Lisboa e Porto	16,4	13,8	-15,9	15,8	11,8	-25,3
II.1 Área Metropolitana de Lisboa	20,3	21,0	3,5	29,7	27,4	- 7,7
II.2 Área Metropolitana do Porto e «prolongamentos»	32,9	34,4	4,6	28,2	30,8	9,2
III. Áreas rurais periféricas a II	6,9	7,3	5,8	5,3	6,0	13,2
IV. Áreas industriais antigas dos distritos do litoral	7,4	6,3	-14,9	6,3	5,1	-19,1
V. Áreas industriais antigas dos distritos do interior	2,2	2,2	0,0	1,6	1,1	-31,3
VI. Sedes de distrito	7,9	8,7	10,1	7,5	8,4	12,0
VII. Áreas rurais mais marginais	5,5	5,4	- 1,8	5,0	4,1	-18,0
VIII. Investimentos intensivos em capital, localizados em áreas rurais	0,5	0,6	20,0	0,6	1,1	83,3
IX. Sines	0,0	0,3	..	0,0	4,2	..
TOTAL	100,0	100,0	—	100,0	100,0	—

(*) Informação relativa a estabelecimentos com 5 ou mais pessoas ao serviço.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

De facto, apenas os grupos II.2 (área metropolitana do Porto e extensões para nordeste e sul), III (concelhos rurais imediatamente periféricos a II) e VI (sedes de distrito) ^(*) — precisamente os que se detectaram como sendo os mais dinâmicos — alcançam acréscimos percentuais do produto superiores aos do emprego, deixando adivinhar a ocorrência de consideráveis ganhos de produtividade.

2. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

Torna-se, portanto, evidente que a compreensão das tendências descritas exige o conhecimento das características produtivas (padrões de especialização sectorial, estrutura organizativo-tecnológica das empresas, mercados, etc.) e sociais (tipo de mão-de-obra disponível, capacidade empresarial local, etc.) dominantes em cada uma das regiões. Uma apresentação individualizada das várias classes de áreas consideradas tentará realçar, de forma sintética, a articulação existente entre esses diversos elementos (veja-se quadro III).

a) A «região de Lisboa» (Grupos I.1, II.1 e III.1)

Apesar da sua participação se encontrar em declínio relativo, o contributo para o conjunto do V. B. P. nacional é ainda bastante significativo (mais de 35% em 1984/85). O recuo registado prende-se com factores distintos mas em boa medida inter-relacionados. De entre eles, merecem destaque os seguintes:

1) Crescente terciarização (que se manifesta sobretudo na própria cidade — Grupo I.1).

Como capital e principal aglomeração urbana do país, é aqui que se desenvolve grande parte das actividades terciárias, não só do sector público mas ainda as que se relacionam com a satisfação das necessidades de consumo individual e as que

(*) Pelo seu carácter atípico, ignoram-se as situações relativas às áreas de tipo VIII e IX. No primeiro caso, trata-se de unidades de cimento, celulose e fundições de ferro. O complexo petroquímico de Sines (IX) corresponde ao único grande projecto industrial do fim dos anos 60 a ser (parcialmente) implementado.

QUADRO III

Algumas características dos vários tipos de áreas industriais
(1984/85)

Tipos de áreas industriais	Dimensão média dos estabeleci- mentos (Total pessoas)	Remune- ração média anual per capita (contos)	Produti- vidade (¹)	Rendibi- lidade (²)
I.1 Lisboa	39	601	76	88
II.1 Area Metropolitana de Lisboa	88	763	96	95
III.1 Areas rurais periféricas a II.1	36	521	51	64
<i>Região de Lisboa</i>	<i>62</i>	<i>703</i>	<i>86</i>	<i>91</i>
I.2 Porto	43	492	47	60
II.2 Area Metropolitana do Porto e «prolongamentos»	73	453	51	94
III.2 Areas rurais periféricas a II.2	40	350	38	93
<i>Região do Porto</i>	<i>64</i>	<i>449</i>	<i>49</i>	<i>90</i>
IV. Areas industriais antigas dos distritos do litoral	41	480	56	103
V. Areas industriais antigas dos distritos do interior	72	392	37	60
VI. Sedes de distrito	42	532	65	108
VII. Areas rurais mais marginais	16	361	42	91
VIII. Investimentos intensivos em capital, localizados em áreas rurais	39	641	116	199

(¹) $\frac{\text{Valor acrescentado bruto (V. A. B.)}}{\text{Total horas de trabalho operário}}$

(²) $\frac{\text{V. A. B. — Remunerações}}{\text{Remunerações}} \times 100$

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

se destinam a apoiar os sectores produtivos; as funções de gestão encontram-se presentes de forma privilegiada, assegurando a articulação com o estrangeiro e com as diferentes regiões do país.

Se a esta tendência se adicionarem os inconvenientes decorrentes do próprio crescimento urbano, compreende-se a

generalização de situações de incompatibilidade ou pelo menos adversidade em relação à manutenção de um grande número de actividades industriais. As principais excepções prendem-se com unidades muito sensíveis às vantagens de aglomeração terciária, desde as pequenas oficinas, de apoio à população, ao ramo de artes gráficas e edição de publicações.

2) Especialização produtiva em bens de equipamento e sobretudo intermédios, fortemente afectados pela crise actual.

É na área metropolitana de Lisboa (II.1), e principalmente na margem a sul do rio Tejo, que se concentra grande parte da indústria «pesada» (siderurgia, petroquímica, etc.). Outras actividades industriais igualmente sobrerrepresentadas, como por exemplo os estaleiros navais, convergem com as anteriores no sentido de conferirem a esta região características muito particulares. Por um lado, a constituição de um operariado tipicamente «urbano»: claro predomínio do sexo masculino, laboração em unidades de razoável ou grande dimensão, qualificação e salários bastante superiores à média nacional, forte organização sindical e capacidade reivindicativa (*). Pelo outro, o desenvolvimento de um tecido industrial que, pelas suas características (especialização produtiva, estrutura organizativa das empresas, tipos de gestão da mão-de-obra, etc.), se viria a revelar demasiado vulnerável à crise despoletada no início dos anos 70.

Ambos os factores anteriormente referidos — terciarização e expansão dos sectores de bens de equipamento e intermédios — devem ser encarados no âmbito dos processos de modernização e abertura ao exterior da sociedade portuguesa que se fizeram sentir a partir dos começos da década de 60, e que se manifestaram com particular incidência na região de Lisboa. Aqui se localizam e desenvolvem unidades com graus de estruturação organizativa e tecnológica avançados em relação à

(*) Refira-se que uma percentagem importante desta mão-de-obra é oriunda de uma região dominada pelo latifúndio (Sul interior/Alentejo), pelo que as condições de trabalho encontradas na área de Lisboa não raro prolongaram situações e comportamentos já familiares para assalariados agrícolas da grande propriedade fundiária.

realidade então dominante, com base em investimentos de origem nacional ou provenientes do estrangeiro.

A expansão, tardia em termos europeus, deste novo modelo de acumulação intensiva, e sobretudo da sua componente de industrialização «pesada», cedo se veio a confrontar com as contradições desencadeadas, primeiro, pela crise internacional de 1973 e, logo de seguida, pela revolução de 1974. Os três factores de declínio que a seguir se apresentam relacionam-se directamente com este último aspecto.

3) Nacionalização dos sectores de base e posterior indefinição política.

As indústrias de bens intermédios, para além da crise estrutural que as afecta, defrontaram-se cumulativamente com um outro problema. De facto, a indefinição política sobre as estratégias a adoptar em relação a um vasto sector nacionalizado num contexto ideológico bem distinto do actual, e que, por razões políticas ou até por simples inércia face à inexistência de soluções alternativas credíveis e imediatas, persiste de forma contraditória, tende a acentuar a situação, já de si debilitada, destes sectores económicos.

4) Forte presença de um operariado combativo.

A mão-de-obra gerada pelo processo de industrialização desenvolvido ao longo da década de 60 transformou-se, após 1974, num poderoso obstáculo para muitos empresários, traduzindo-se quer por desinvestimentos — caso, por exemplo, de diversas unidades de capital estrangeiro que aqui se localizaram em busca de força de trabalho abundante e barata —, quer pela transferência para outras áreas, adiamento ou desistência de diversos projectos industriais.

No seu conjunto, a área metropolitana de Lisboa, e principalmente o seu sector a sul do rio Tejo, tornou-se pouco atraente ou mesmo repulsiva para uma fracção significativa dos investidores.

Por outro lado, a presença de um vasto proletariado sem qualquer tradição de posse de meios de produção impede que a emergência de iniciativas empresariais de base local atinja uma amplitude suficiente para compensar as consequências

negativas da imagem pouco atraente que os investidores exógenos possuem da região.

5) Perda ou recuo de áreas tradicionalmente abastecedoras.

A existência de diversas indústrias aqui implantadas, nomeadamente do ramo alimentar, relaciona-se inicialmente com a origem geográfica das matérias-primas utilizadas: o Alentejo (cereais, carne de porco, cortiça), próximo por estrada e caminho-de-ferro, e as ex-colónias africanas (produtos tropicais), com as quais se estabelecem relações através do porto de Lisboa.

Ora, e após 1974, a independência destas últimas e o desmantelamento parcial das estruturas de produção e comercialização desenvolvidas, até então, naquela província, introduziram modificações, por vezes radicais, na rede de contactos existentes.

Embora com uma incidência muito inferior à dos factores de declínio anteriormente referidos, este aspecto concorreu igualmente no sentido de diminuir a participação da região de Lisboa no conjunto da produção industrial nacional.

Posteriormente, e já sem ligação directa com as consequências imediatas da crise de 1973 ou da revolução de 1974, outros elementos contribuíram também para penalizar esta área; de entre eles, o que se segue parece ser o mais relevante.

6) Retracção do mercado interno.

Grande parte das indústrias aqui localizadas orientam predominantemente a sua produção para o mercado doméstico, local ou nacional. É o caso não só dos bens intermédios mas ainda de certos bens de consumo (alimentação, tabaco, edição de publicações, etc.). Após um aumento bastante marcado do poder de compra verificado nos anos imediatamente posteriores a 1974, a que se adicionou a vinda de cerca de 500 000 pessoas provenientes das ex-colónias, o mercado interno estagnou ou retraiu-se mesmo, em grande parte como consequência da assinatura, em 1977, de um acordo com o F. M. I., em que se privilegia o desenvolvimento dos sectores exportadores (de forma a fazer face ao crescente *défice* externo)

em detrimento do consumo interno. Esta medida, acompanhada pela diminuição do poder real de compra por parte de segmentos crescentes da população, reflectiu-se naturalmente sobre uma parcela não desprezável da indústria localizada nesta região, dificultando ou impedindo mesmo a expansão de unidades existentes e a criação de novos empreendimentos.

A crise industrial da região de Lisboa é actualmente, antes de mais, o reflexo de uma outra crise muito mais global, inerente à falência do modelo de acumulação em que assentou o seu crescimento económico a partir da década de 60. Mas o processo de modernização então encetado ainda hoje se reflecte positivamente sobre diversos aspectos: índices de produtividade acima da média nacional, relativo desenvolvimento dos serviços de apoio aos sectores produtivos, qualificações profissionais apreciáveis, etc. Se a estes factores se adicionarem outros, como a disponibilidade de uma vasta camada jovem e instruída ou a importância de Lisboa como local privilegiado de acesso à informação proveniente do exterior, não parece ilícito supor que à indústria desta região, mesmo com uma participação decrescente ao nível nacional, caberá ainda um importante papel de dinamização da economia portuguesa. Entretanto, os efeitos da crise são bem evidentes, nomeadamente no que toca o desemprego e as condições de trabalho (precarização, multiplicação dos casos de pluriactividade — muitas vezes no âmbito da economia oculta — e de plurirrendimento, etc.). Mais do que em qualquer outra área, a segmentação do mercado de trabalho realça-se aqui de forma bem clara.

No interior do território globalmente designado por «região de Lisboa», apenas os concelhos rurais imediatamente periféricos a II.1 (III.1) têm mantido um peso idêntico ou mesmo ligeiramente superior (a partir de 1982/83) no seio da produção industrial nacional. Esse resultado positivo prende-se com mecanismos distintos, associando-se quer a investimentos exógenos, quer a empreendimentos de origem local.

No que se refere aos primeiros, a proximidade de Lisboa e, simultaneamente, a disponibilidade de solo e mão-de-obra a preços favoráveis têm contribuído para atrair iniciativas de capital nacional e estrangeiro. Também a possibilidade de aproveitamento das potencialidades dos sectores primários locais tem actuado no mesmo sentido. Na maior parte dos

casos, trata-se de um movimento de irradiação a partir de Lisboa; noutros, contudo, é possível detectar estratégias de aproximação àquela cidade desencadeadas por investidores de regiões mais marginais. Em ambas as situações, a área da capital, como mercado ou como ponto de contacto com o estrangeiro, constitui o principal elemento de referência.

Paralelamente, tem-se vindo a verificar uma considerável revitalização do investimento endógeno, não tanto por indução do processo anteriormente descrito — dada a sua lógica de *enclave*, que se traduz quase sempre por fracos efeitos multiplicadores na própria área de implantação — mas antes como consequência da dinamização dos mercados locais/regionais. As actividades relacionadas com a construção civil/habitação e com a alimentação apresentam-se como as mais beneficiadas por esta tendência. Refira-se, aliás, que a expansão destes mercados locais/regionais poderá favorecer a instalação de empresas exógenas que aqui procuram conquistar novas áreas de escoamento, concorrendo, por esta forma, para diminuir as características de *enclave* que não raro se associam ao investimento proveniente do exterior.

b) A «*região do Porto*» (Grupos I.2, II.2 e III.2)

À excepção da própria cidade (I.2) — que, como Lisboa, evidencia uma clara tendência, ainda que menos acentuada, de desindustrialização — esta região comporta-se de modo muito diverso do caso precedente. O dinamismo das áreas II.2 e III.2 traduz-se por uma participação sucessivamente mais forte (29,6 % em 1971; 38,7 % em 1984/85), que ultrapassa mesmo a da região da capital a partir do início da década de 80.

Esta parcela do território nacional é, aliás, generalizadamente reconhecida como sendo actualmente a mais dinâmica, situação que se manifesta por aspectos tão distintos como a criação de bancos privados ou a afirmação de clubes de futebol locais. Contudo, a génese desse dinamismo permite levantar algumas dúvidas sobre a sua consistência e consequente durabilidade. Daí a necessidade de se identificarem os factores de sucesso actuates nesta área, bem como os seus limites e eventuais efeitos perversos que se lhe associam.

Curiosamente, as características do tecido industrial da «região do Porto», até há pouco consideradas como negativas — predomínio de pequenas e médias empresas, de carácter familiar e desenvolvendo as suas actividades no âmbito de ramos «tradicionais» (têxteis de algodão, vestuário, calçado, madeira e mobiliário, etc.) —, constituíram a sua base de sucesso. Por um lado, a incidência da crise internacional e da revolução de 1974 não só foi menos marcada, em virtude da presença quase irrelevante do tipo de empresas por elas mais afectadas, como se diluiu parcialmente num contexto sociocultural flexível, que adiante se analisará. Por outro lado, as orientações macroeconómicas adoptadas a partir de 1977, nomeadamente o apoio aos sectores exportadores e a implementação de uma política de desvalorização deslizando da moeda portuguesa, reflectem-se de forma privilegiadamente benéfica sobre as actividades existentes nesta área (principalmente calçado ⁽⁵⁾, vestuário e têxteis-lar). Isto é, uma situação artificialmente favorável de competitividade internacional catalisou as potencialidades locais, conferindo-lhes um dinamismo muito superior ao revelado pela maior parte das restantes regiões do país.

A tradição local de unidades produtoras de bens de consumo, intensivas em trabalho e desenvolvidas não só num ambiente ainda acentuadamente ruralizado, e consequentemente de forte solidariedade familiar e comunitária, mas, para mais, apoiado numa estrutura de povoamento disperso, constituem a base deste processo dinâmico de industrialização difusa, aliás em muitos aspectos semelhante aos que ocorrem noutras regiões de países da Europa do Sul. O modo como as características socioculturais e o tecido empresarial locais têm sido aproveitados, deixam, no entanto, transparecer diversos pontos de fragilidade, confirmando que *dinamismo* e *vitalidade* nem sempre se identificam.

Justifica-se, assim, a análise de alguns dos aspectos mais débeis deste processo de industrialização, de forma a salientar

(⁵) O calçado corresponde ao caso de dinamização recente mais notável. Refira-se, a título de exemplo, que apenas nos primeiros nove meses de 1986 o valor das exportações aumentou globalmente mais de 50 %, tendo esse acréscimo alcançado os 66 % no que se refere às transferências destinadas a França.

os principais desafios com que esta região certamente se irá debater nos próximos tempos:

1) Industrialização extrovertida e dependente.

O carácter dependente das actividades industriais desta área constitui um dos seus traços essenciais. De facto, uma competitividade internacional demasiado assente no recurso a mão-de-obra «flexível» e barata tem permitido adiar a necessária renovação tecnológica (veja-se, a título de exemplo, o índice médio de produtividade alcançado pelo Grupo II.2, incluído no quadro III). Simultaneamente, o acréscimo de consumos intermédios importados, verificado nalguns ramos, e a subordinação aos padrões da moda, provenientes do estrangeiro (vestuário, calçado, etc.), ilustram algumas das facetas do contexto globalmente dependente que aqui predomina.

2) Industrialização vulnerável.

O padrão de especialização internacional desta área revela-se particularmente vulnerável. Por um lado, ele corresponde a segmentos da procura mundial pouco dinâmicos e onde a concorrência dos «novos países industrializados» se fez sentir fortemente; por outro, tem beneficiado exageradamente de medidas de carácter cambial, cuja amplitude, após a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, deverá ser consideravelmente restringida.

3) Industrialização localmente pouco integrada.

Predominam nesta região os mecanismos de crescimento extensivo. Na realidade, a tradição artesanal e a quase ausência de políticas de formação profissional traduzem-se pela multiplicação, por mimetismo, de iniciativas empresariais semelhantes, demasiado dependentes da anterior experiência empírica dos seus fundadores. Este facto revela-se, por sua vez, pelo domínio, ou pelo menos pela presença exagerada, de mecanismos de concorrência horizontal (produção de mercadorias idênticas).

Refira-se, contudo, que nalgumas áreas essa interacção tem estimulado uma crescente diversificação local, assente na expansão de actividades complementares, quer industriais

(máquinas-ferramentas, componentes, etc.) quer de serviços de apoio, e polarizada pelo produto em que se encontram especializadas (calçado, mobiliário, etc.). A área de S. João da Madeira (calçado) constitui certamente o melhor exemplo desse processo de integração. Outros «sistemas produtivos locais» (no sentido atribuído por GAROFOLI, 1983), igualmente baseados na mobilização de recursos endógenos, têm vindo a emergir e a consolidar-se recentemente, mas a imagem pre-va- lecente do tecido industrial desta região é ainda a de uma realidade demasiado desarticulada em termos funcionais.

É verdade que outro tipo de integração tem alcançado uma notável expansão nos últimos anos; é o caso das estratégias, vulgares no seio do ramo têxtil/vestuário, assentes na constituição de um sistema de subcontratações, organizado, por vezes, sob a forma de uma complexa rede em cascata, cujos contornos são difíceis de precisar, e que incluem o recurso a trabalho ao domicílio e mergulham, não raro, na economia oculta. Mas esta complementaridade funcional, ao contrário da anterior, não reflecte tanto uma saudável especialização propiciadora de uma colaboração equilibrada entre empresas distintas, mas antes a exteriorização para unidades sucessivamente mais frágeis em termos organizativos e tecnológicos de actividades ou fases consideradas pouco atractivas pelos empresários mais poderosos ⁽⁶⁾; e, naturalmente, esta estratégia apenas se torna possível num contexto sociocultural demasiado permissivo a práticas de intensificação da utilização da mão-de-obra que se pensavam (desejavam) erradicadas há muito tempo.

4) Fraca expansão dos mercados locais/regionais das áreas mais ruralizadas.

Atendendo ao dinamismo globalmente evidenciado por esta região, seria de esperar uma maior expansão por parte dos seus diversos mercados locais/regionais. Ora a persistência, nos concelhos mais ruralizados, de fortes laços à terra (predomínio da família camponesa) e os baixos níveis de remu-

(6) Repare-se que o predomínio de pequenas e médias empresas não impede a existência de diversos estabelecimentos de grande dimensão (mais de 2000 pessoas ao serviço), nomeadamente no ramo do têxtil algodoeiro.

neração auferidos por grande parte dos assalariados da indústria traduzem-se por um recurso considerável à esfera não mercantil e por um nível médio do poder de compra quase sempre inferior ao do país.

Assim sendo, o desenvolvimento de iniciativas empresariais orientadas para o consumo local/regional encontra-se inevitavelmente condicionado, facto tanto mais lamentável quanto poderia constituir uma das vias para reduzir o carácter demasiado extrovertido e especializado da indústria desta área.

Torna-se evidente, com base nas análises anteriores e retendo apenas os traços dominantes, que quase tudo distingue os processos de industrialização das regiões de Lisboa e do Porto: padrões de especialização produtiva (bens de equipamento, intermédios e de consumo «modernos»/bens de consumo «tradicionais»), mercados (interno/externo), tecido empresarial (capital nacional financeiro e internacional/capital local familiar), desenvolvimento tecnológico (índices de produtividade bastante mais elevados em Lisboa), tipos de gestão da mão-de-obra (proletariado tipicamente «urbano»/proletariado de inserção camponesa), etc.

É certo que esta dicotomia, porque demasiado rígida e simplista, esconde a ocorrência de «inversões» por vezes bem significativas; mas não deixa de configurar a oposição entre duas realidades regionais que se debatem, hoje como no passado, com problemas que, sendo comuns ao seu nível mais abstracto — inovação tecnológica, formação profissional, controlo da qualidade dos produtos, racionalização da gestão e das redes de comercialização, etc. — exigem soluções necessariamente distintas.

O quadro IV, onde se inclui alguma informação relativa à estrutura do emprego da indústria transformadora dos distritos de Braga (região do Porto) e Setúbal (região de Lisboa), ilustra diversas das clivagens referidas.

Essas diferenças traduzem, antes de mais, a existência de distintos perfis produtivos regionais. Contudo, mesmo no interior de alguns ramos as unidades da região do Norte tendem, por vezes, a apresentar graus de desenvolvimento organizativo e tecnológico mais incipientes: veja-se, por exem-

QUADRO IV

Algumas características do emprego da indústria transformadora dos distritos de Braga e Setúbal (1985)

Distritos	Pessoas ao serviço em indústrias tradicionais intensivas em trabalho (*) (%)	Emprego feminino (%)	Quadros médios e superiores (%)	Encarregados/ /contra-mestres/ /chefes de equipa e profissionais altamente qualific. (%)	Aprendizes/ /praticantes (%)
Braga	81,5	51,2	1,1	4,1	15,4
Setúbal	25,8	25,4	3,7	11,7	3,3

(*) Indústria alimentar, têxteis, vestuário, calçado e madeira.

Fonte: Ministério do Trabalho e Segurança Social.

QUADRO V

Estrutura das qualificações do emprego da indústria alimentar nos distritos de Porto e Lisboa (1985)

Qualifica- ções Distritos	Quadros superiores e médios (%)	Encarregados/ /contra-mestr./ /chefes equipa (%)	Profissionais altamente qualificados e qualificados (%)	Profissionais semiquali- ficados e não qualificados (%)	Aprendizes/ /praticantes (%)
Porto	2,2	3,9	24,0	62,9	7,0
Lisboa	4,1	7,9	39,5	40,6	7,9

Fonte: Ministério do Trabalho e Segurança Social.

plo, a repartição, por qualificações, do emprego da indústria alimentar nos distritos do Porto e de Lisboa (quadro v).

Saliente-se, por último, que a comparação da génese do *dinamismo evidenciado pelos concelhos imediatamente periféricos* às áreas metropolitanas do Porto (III.2) e de Lisboa (III.1) revela, uma vez mais, as disparidades anteriormente evocadas. De facto, e ao contrário do que se verifica na região da capital, os processos de desconcentração directa são agora irrelevantes; pelo contrário, a componente endógena assume um papel primordial na revitalização da indústria local, segundo padrões idênticos aos que se observam nas extensões para nordeste (Braga) e sul (Aveiro) da área metropolitana do Porto.

c) *Áreas industriais mais antigas dos distritos do litoral e do interior* (Grupos IV e V)

Embora estes dois conjuntos tenham visto recuar a sua participação para o produto industrial do país durante os anos 70 e início da década de 80, os valores alcançados (bastante superiores em IV), o grau de decréscimo detectado (mais acentuado em V) e sobretudo a recuperação ocorrida entre 1982/83 e 1984/85 (particularmente notória em IV) permitem adivinhar a existência de diferenças significativas.

É verdade que ambos os casos correspondem a territórios, incrustados em meios predominantemente rurais, de industrialização antiga, em que não raro um número restrito ou mesmo um único ramo prevalece largamente (lanifícios, conservas de peixe, vidro, papel, etc.). A disponibilidade de matéria-prima e energia contribuíram originariamente, de um modo decisivo, para a industrialização destas áreas.

O seu percurso no tempo e mesmo algumas das características iniciais são, contudo, bastante distintos.

Nos concelhos incluídos no Grupo IV, as condições de acessibilidade, quer ao mercado interno (a maior parte da população portuguesa concentra-se no litoral) quer ao mercado externo (proximidade de portos e aeroportos), são bastante mais favoráveis. Este facto actua positivamente, não só reduzindo os custos globais de aprovisionamento e escoamento mas ainda contribuindo para tornar estas áreas mais conhecidas e atractivas para potenciais investidores do exterior (nacionais e mesmo estrangeiros). Por outro lado, e apesar da relativa heterogeneidade de situações incluídas neste grupo, é possível afirmar-se que, à imagem do que sucede nas extensões da área metropolitana do Porto em direcção a Braga e Aveiro e ainda em III.2, o processo de industrialização que aqui se desenvolveu manteve fortes ligações com o meio rural, em geral, e com as estruturas camponesas, em particular (¹).

As consequências destas situações desdobram-se por diversos aspectos, dos quais dois merecem especial destaque: a reprodução de um espírito empreendedor, que se traduz pela

(¹) A principal excepção corresponde à Marinha Grande (vidro), onde emergiu, há muito, um proletariado industrial de características «urbanas».

multiplicação de iniciativas locais, nomeadamente no domínio da produção, transformação e comercialização de recursos existentes (agricultura, pesca, silvicultura, etc.); a coexistência de investimentos de origem relativamente variada (provenientes da própria região, de outras parcelas do país ou do estrangeiro), que se manifesta por uma certa diversificação de níveis organizativos e tecnológicos mesmo no interior de áreas fortemente especializadas em termos produtivos.

A componente exportadora das actividades aqui localizadas tem-se acentuado significativamente nos últimos anos, baseando a sua competitividade externa não só nas tradicionais vantagens comparativas decorrentes do recurso a mão-de-obra barata mas igualmente a sofisticados processos de trabalho (CAD/CAM) — caso do fabrico de moldes de aço para a indústria do plástico, ramo em que Portugal alcançou já a posição de segundo fornecedor dos E. U. A., após o Canadá ⁽⁸⁾ — ou a produtos de elevada qualidade (cerâmica e cristais, por exemplo).

No seu conjunto, as áreas industriais mais antigas dos distritos do litoral tendem a ocupar, em termos de estruturas organizativas, tecnológicas, de mercados e de emprego, uma posição que, embora intermédia entre as características apresentadas pelas regiões de Lisboa e Porto, se aproxima bastante mais desta última.

O Grupo V distingue-se do anterior em diversos aspectos, que permitem compreender o seu declínio mais acentuado; piores condições de acessibilidade, especialização produtiva mais marcada (lanifícios), domínio por parte de um capital familiar local bastante imobilista e, por fim, criação de um proletariado industrial relativamente «urbano».

A crise internacional, a concorrência de alguns países do Terceiro Mundo e, após 1974, o incremento dos níveis salariais e a perda de um segmento importante dos mercados tradicionais (ex-colónias) vieram pôr à evidência as bases vulneráveis sobre as quais a industrialização destas áreas assentava.

As consequências chegam a ser, em casos extremos (Covilhã), semelhantes às que se verificam nas zonas de

⁽⁸⁾ A maior empresa mundial do ramo — que possui catorze estabelecimentos, localizando-se dois no estrangeiro (México e Tunísia) — é portuguesa.

indústria «pesada» da região de Lisboa: falências, equipamento obsoleto e/ou subutilizado, investimentos reduzidos, desemprego, etc. Os índices de produtividade por trabalhador e os salários médios são dos mais baixos do país, dada a presença de um proletariado numeroso e combativo, laborando em unidades de média ou mesmo grande dimensão, que tem conseguido evitar despedimentos em massa, aceitando, em contrapartida, o agravamento das condições de trabalho e de remuneração.

Como na margem sul da área metropolitana de Lisboa, uma conversão difícil e um contexto social de reduzido dinamismo e pouco atractivo para o investimento exógeno dificultam, mesmo a médio prazo, a reanimação da indústria local.

A criação recente de algumas unidades do ramo de vestuário, com elevado nível tecnológico (corte por raios *laser*, por exemplo) permite alguma esperança, não tanto para os antigos núcleos industriais mas antes para as áreas rurais que lhes ficam próximas. Trata-se, afinal, da reprodução, embora a uma escala geográfica bastante mais modesta, da relação de desindustrialização/industrialização verificada entre a cidade de Lisboa (I.1) e os concelhos imediatamente periféricos à sua área metropolitana (III.1).

d) *Sedes de distrito* (Grupo VI)

As sedes de distrito ⁽⁹⁾, ainda que de dimensão reduzida à escala europeia ⁽¹⁰⁾, desempenham um papel fundamental como nós estruturantes das diversas regiões.

O seu comportamento não é homogéneo; na generalidade, as que se localizam nos distritos do litoral são mais dinâmicas que as do interior e, no seio deste, as do Norte evidenciam crescimentos industriais mais marcados que as do Sul.

Apresentam, no entanto, algumas características em comum: constituem razoáveis mercados locais, dispõem de uma posição central em relação às áreas que polarizam administrativamente, beneficiam de vantagens de aglomeração terciária e, finalmente, possuem, em geral, boa acessibilidade por estrada e caminho-de-ferro.

⁽⁹⁾ A excepção de Lisboa, Porto e Setúbal, esta última incluída na área metropolitana de Lisboa (II.1).

⁽¹⁰⁾ Exceptuando Coimbra (75 000) e Braga (63 000), as restantes sedes de distrito possuíam, em 1981, entre 14 e 35 000 habitantes.

A convergência destes factores reflecte-se num acentuado reforço da sua participação entre 1971 (7,5 %) e 1984/85 (9,8 %) (quadro 1).

Talvez mais do que noutras áreas, a coexistência de três subconjuntos é aqui bem evidente.

Um primeiro, organizativa e tecnologicamente mais frágil, corresponde a investimentos de origem e âmbito locais. Estreitamente associado ao desenvolvimento urbano, apresenta-se vulgarmente em más condições financeiras. É incorrecto, contudo, classificar generalizadamente este sector como residual, já que no seu interior ocorrem não só actividades tradicionais como outras de carácter mais «moderno», associadas à divulgação de novos padrões de consumo.

Também endógeno é o segundo subconjunto. Mas os mercados a que se destina são mais vastos (geralmente regionais, por vezes nacional ou mesmo internacional), o que exige empresas de maior dimensão e/ou especialização do que as que se incluíram no caso precedente.

Finalmente, o terceiro subconjunto baseia-se em capital exógeno (outras regiões do país ou estrangeiro), que aqui procura valorizar a disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata e de recursos naturais ou ainda conquistar mercados intersticiais em relação aos quais estas aglomerações urbanas ocupam uma localização estrategicamente central. Embora integrando empresas mais avançadas do que as anteriores, o emprego criado não corresponde necessariamente a níveis superiores de qualificação. É o caso de investimentos estrangeiros que, adoptando uma política de segmentação dos circuitos produtivos, aqui instalam fases intermédias ou finais intensivas em trabalho não qualificado. Este tipo de implantação revelou-se especialmente activo desde meados da década de 60 a 1974: Grundig (Braga), Renault (Guarda) e Siemens (Évora) constituem os exemplos mais flagrantes. Mas mesmo depois daquela última data outros casos, como a Renault em Aveiro ou a Moulinex em Santarém, se efectivaram.

Resta salientar, ainda em relação a este terceiro subconjunto, que uma parcela considerável do capital não estritamente local provém da região, que assim é drenada a favor da sua capital administrativa. A compreensão do processo de (não) industrialização das áreas rurais mais marginais (Grupo VII),

que adiante serão analisadas, deve, por isso, levar em conta esta transferência de iniciativas empresariais. Caso contrário, não só a incapacidade de se gerarem localmente unidades industriais, por parte dos territórios incluídos em VII, surge empolada, como pode passar despercebida a importância de se definirem *estratégias de retenção* em relação a este capital com um certo grau de mobilidade intra-regional.

e) *Áreas rurais mais marginais* (Grupo VII)

A sua participação, em declínio durante a década de 70, parece indicar um certo reforço relativo nos últimos anos. Esta tendência apresenta-se, aliás, tanto mais significativa quanto ocorre *apesar* da desintegração gradual e persistente de numerosas pequenas unidades cuja sobrevivência foi sendo artificialmente prolongada através do recurso a salários baixíssimos.

Tradicionalmente, a industrialização destas áreas baseia-se num número relativamente reduzido de empresas, quase sempre de pequena dimensão e possuindo, em média, níveis organizativos e tecnológicos muito inferiores aos que se verificam para o conjunto do Continente. Os investimentos, predominantemente endógenos, encontram-se basicamente estruturados por dois pólos (que podem coincidir, como, por exemplo, no caso da alimentação): transformação de produtos locais (indústria alimentar, madeira, cerâmica, etc.) e satisfação de algumas das necessidades mais básicas das populações locais/regionais.

O recente surto de industrialização ocorrido no seio deste grupo prende-se com factores de natureza distinta mas que tendem a convergir no sentido de acentuar as clivagens existentes entre os sectores norte e sul do interior do país.

De facto, a chegada de refugiados das ex-colónias e o regresso de emigrantes, perfazendo largas centenas de milhares de pessoas, fizeram-se sentir com especial incidência na região norte e centro. Ora o aumento brusco de população, a introdução de novos hábitos de consumo e a necessidade, sentida sobretudo por parte dos primeiros, de refazerem as suas vidas económicas, traduziram-se pela multiplicação de novas iniciativas empresariais. Aliás, uma certa animação, centrada em

torno de actividades induzidas pelo sector da construção civil, vinha já a fazer-se sentir desde o início da década de 70, a partir do momento em que as remessas de emigrantes passaram a ser canalizadas, de forma significativa, para a edificação de novas habitações.

Na região interior sul a realidade é bastante distinta. O predomínio de assalariados agrícolas associado à grande propriedade fundiária, a ausência de uma tradição relevante de emigração, que aqui foi substituída por um forte êxodo em direcção à área metropolitana de Lisboa (e sobretudo à sua margem sul, onde a actual crise mais se faz sentir) e, após 1974, a importância alcançada pelo processo da reforma agrária dificultaram a existência de um surto industrial idêntico ao que se verificou no norte e centro interiores.

Num caso como no outro, contudo, a modernização da agricultura e a construção civil têm proporcionado a criação de empresas com níveis organizativos e tecnológicos bem distintos dos que tradicionalmente se encontravam nestas áreas. O índice de produtividade médio para o conjunto do grupo mantém-se, ainda assim, um dos mais baixos do país (quadro II).

3. *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

O futuro da industrialização portuguesa parece passar, cada vez mais, por decisões que lhe são exteriores e que se relacionam, ao seu nível mais global, com as transformações que irão ocorrer no seio do sistema mundial: dinamismo dos países europeus mais avançados; «agressividade» não só dos E. U. A. e do Japão mas talvez sobretudo das nações do Sudeste Asiático; evolução dos mercados do Médio Oriente e dos países de África, etc. A crescente abertura de Portugal ao exterior, e principalmente a recente adesão à Comunidade Europeia, assim o obrigam.

Mas se o contexto lhe é basicamente exógeno, o agenciamento terá de ser, pelo contrário, fundamentalmente interno. Claro que Portugal continuará a atrair investimentos estrangeiros, tanto mais que às razões tradicionais adiciona agora a função de trampolim para os capitais exteriores à C. E. E. que pretendem penetrar neste vasto mercado. E aos portugueses, contudo, que cabe o grande desafio de transformar o país.

Tomando Portugal como um todo, e encarando-o numa perspectiva mundial, não parece haver qualquer razão para prever uma evolução radicalmente distinta da de outras nações da Europa do Sul. Naturalmente que diversas especificidades estão presentes; a título de exemplo, e apenas no que se refere a mercados, basta recordar a proximidade da Espanha, com uma política agressiva para o exterior mas ainda hoje protecctionista para o interior, ou as ligações privilegiadas com os países de expressão portuguesa (ex-colónias africanas e Brasil). Mas estas particularidades não parecem ser de molde a encaminhar Portugal por padrões de especialização internacional muito distintos dos que dominam nos seus vizinhos mediterrânicos.

Já ao nível regional a imprevisibilidade é muito maior, como facilmente se depreende a partir das análises precedentes. Importa sobretudo detectar em que condições se têm desenvolvido empresas e actividades simultaneamente *dinâmicas* e *consistentes*, de forma a evitar sucessos indesmentíveis mas cuja durabilidade não se pode deixar de questionar.

A curto prazo, contudo, não parece provável a emergência de inflexões importantes em relação às várias tendências regionalmente detectadas. Resta saber se o predomínio da continuidade sobre a ruptura não será, afinal, o sintoma mais claro da inércia cultural a que muitos (empresários) portugueses dificilmente têm conseguido escapar...

BIBLIOGRAFIA

- COURLET, C. (1982) — «De la Théorie du Soudsdevelopment aux Hypotheses de la Semi-industrialisation». *Estudos de Economia*, II (4), p. 491-512.
- COURLET, C. e LAGANIER, J. (1984) — «Problemas de Desenvolvimento na Europa do Sul». *Caderno de Ciências Sociais*, 1, p. 55-85.
- DONGES, J. B. e SCHATZ, K.-W. (1985) — «Portugal and Spain Entering the Common Market». *Estudos de Economia*, VI (1), p. 29-49.
- FERRÃO, J. (1983) — «Alguns Aspectos Regionais da Evolução Recente da Indústria Transformadora em Portugal», em Associação Portuguesa de Economistas, *Perspectivas do Desenvolvimento Industrial Português*, A. P. E. C., Lisboa.
- (1985) — *Indústria e Valorização do Capital. Uma Análise Geográfica*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

- FERRÃO, J. e JENSEN-BUTLER, C. (1986) — «Industrial Development in Portuguese Regions During the 1970s». *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 77 (2), p. 132-148.
- FREUND, B. (1986) — «Structural and Locational Evolution of Industry in Southern Europe». *Geojournal*, 13 (1), p. 67-73.
- GAROFOLI, G. (1983) — «I Sistemi Produttivi Locali: Tipologie e Meccanismi di Funzionamento», em GAROFOLI, G. (Organ.), *Industrializzazione Diffusa in Lombardia. Sviluppo Territoriale e Sistemi Produttivi Locali*, p. 21-147. Franco Angeli, Milão.
- HUDSON, R. e LEWIS, J. R. (1984) — «Capital Accumulation: the Industrialisation of Southern Europe?», em WILLIAMS, A. (Ed.), *Southern Europe Transformed*, p. 179-207. Harper & Row, Londres.
- MARTINS, A. NATALINO e outros (1985) — «O Reordenamento Espacial da Economia Portuguesa nos Anos 70». Comunicação apresentada ao Seminário *Estrutura Espacial da Economia Portuguesa*, Lisboa.
- RIBEIRO, J. FÉLIX e outros (1985) — «Especialização Internacional, Regulação Económica e Regulação Social — Portugal, 1973-83». *Análise Social*, XXI (87-88-89), p. 437-471.
- VAZQUEZ BARQUERO, A. (1985) — «L'industrie Espagnole et la Crise. Une Réévaluation du Territoire». *Bulletin de la Société Languedocienne de Géographie*, 19 (1-2), p. 43-68.

RÉSUMÉ

L'industrie au Portugal: structures productives et sociales en contextes régionaux diversifiés. — Cet article présente une typologie des aires industrielles au Portugal, organisée selon les aspects productifs (modèles de spécialisation sectorial, structure organisationnelle et technologique, marchés etc...), sociaux (types d'investisseurs, marchés du travail) et territoriaux (accessibilité, peuplement etc...). Simultanément, sont mises en évidence les conséquences, régionalement diversifiées, de la crise internationale actuelle, de la révolution de 1974 et encore de quelques orientations macro-économiques suivies postérieurement à cette date.

Les tendances détectées montrent une évolution distincte des diverses réalités régionales avec le début d'une division croissante des structures socioculturelles, productives et territoriales prédominantes en chacune des classes d'aires.

Les territoires encore fortement ruraux mais possédant un degré appréciable d'accessibilité ainsi que les sièges de districts ont révélé un dynamisme industriel au-dessus de la moyenne. Au contraire, les deux principales villes du pays (Lisbonne et Porto), les aires d'industrialisation traditionnelle et la majeure partie de l'intérieur voient, en général, diminuer leur contribution à la production industrielle nationale.

Mots-clés — Aires industrielles, Portugal, structures organisationnelles et technologiques, investissement endogène et exogène, marchés du travail régionaux.

SUMMARY

Manufacturing industry in Portugal: productive and social structures in different regional contexts. — A typology of industrial areas in Portugal is presented, articulating productive aspects (patterns of sectorial specialization, technological-organizational structure, markets etc.) social (types of entrepreneurship, labour markets) and territorial (accessibility, settlement etc.).

Simultaneously, the regional consequences of the actual international crisis and the 1974 revolution are pointed out, and still some macroeconomic orientations, assumed afterwards.

The detected tendencies point out to a distinctive evolution of the several regional realities, tracing an increasing differentiation of socio-cultural productive and territorial structures which are predominant in each one of the class areas.

The territories still heavily ruralized but with a distinguished degree of accessibility along with the district's seats have revealed an industrial dynamism above the average. On the contrary, in the two main cities (Lisbon and Oporto), the older industrialized areas and the bigger part of the interior decrease, in general, their contribution for the national industrial production.

Key words: Industrial areas, Portugal, organizational-technological structures, endogenous and exogenous investments, regional labour markets.